

O trabalho nos morros cariocas

MARCELO NERI

*Chefe do Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV e da EPGE/FGV
mcneri@fgv.br*

Apesar das dificuldades nas favelas, a renda do trabalho é mais importante lá do que no asfalto

ANOVA SAFRA DE DADOS E estudos recentemente colhida, incluindo a PNAD de 2002, o Atlas do Desenvolvimento Humano e o Mapa do Fim da Fome II, comprovaram que a crise social se instalou nas metrópoles brasileiras. Como exemplo extremo, a taxa de miséria no município de São Paulo aumenta cerca de 50% entre 1991 e 2000. No município do Rio de Janeiro a miséria cai 19% neste período, o que representa uma inversão da decadência de desempenho relativo ante a capital paulista, observada nas décadas anteriores. No período 2000-2002 observamos a continuidade dessa tendência: a taxa de miséria baseada em renda do trabalho sobe 1,57% em São Paulo

e cai 1,68% no Rio. Neste mesmo período a taxa de miséria eleva-se mais nas periferias dessas capitais, 10,4% e 18,3%, o que faz com que o aumento da miséria na Grande São Paulo seja inferior ao do Grande Rio, 5,3% contra 7,3% (média móvel de 12 meses, segundo cálculos feitos sobre os microdados da Pesquisa Mensal do Emprego/IBGE).

Conforme discutido nesta publicação em diversas oportunidades, enquanto o ônus da crise se concentra no espaço metropolitano, o bônus dos novos programas sociais se dirige para os grotões de miséria. Isto vale para a implantação de programas constitucionais como a Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada; para programas com

propósitos emergenciais no final da década de 90, como as frentes de trabalho contra a seca no Nordeste; para as bolsas do projeto Alvorada (Escola, Alimentação etc.), implantado a partir de 2000; para as ações do Fome Zero; e, mais recentemente, para o advento do Bolsa-Família.

Programas — O Fome Zero representa um novo paradigma de como o estado mobiliza a sociedade, aí incluindo ONGs, as corporações e mesmo atores estrangeiros. A mobilização é a vocação do programa que carrega o genes da inquietação e indignação com a miséria manifestada por Betinho. Já o recém-lançado Bolsa-Família representa uma tentativa de integrar programas sociais entre diferentes setores federais e diversos

níveis de governo. O Bolsa-Família vem organizar o lugar que é do Estado no combate à miséria, realizando relevantes *upgrades* e inovações nas ações anteriores. Agora estes dois programas, assim como os outros citados, têm como foco principal as áreas rurais e as cidades de menor porte. Assim, as grandes cidades estão órfãs de políticas integradas. Esta é a perna ausente do tripé, a fronteira a ser explorada pela nova geração de políticas sociais. A natureza dos problemas (e das soluções) das grandes cidades possui características próprias e diversificadas que devem ser objeto de um conjunto de políticas específicas.

Os dois temas mais presentes em pesquisas de opinião feitas nos últimos anos sobre os principais problemas brasileiros são, acima de tudo, metropolitanos: desemprego e violência, invariavelmente. Neste processo, a violência carioca tem ocupado as páginas policiais nacionais, em especial as grandes favelas, como Complexo do Alemão, Maré e Rocinha. Em que medida a atual onda de violência nos morros cariocas é acompanhada por um mau desempenho trabalhista?

O Censo de 2000 permite analisar o desempenho trabalhista nas principais favelas do Rio. Note-se

que, em função de diferenças metodológicas, estes dados não são comparáveis àqueles de outras bases como a PNAD, a PME e mesmo o Censo de 1991, inviabilizando análises temporais. Trabalhamos aqui com as três favelas mencionadas mais Cidade de Deus e Jacarezinho, que constituem cinco das 32 regiões administrativas (RAs) do município. Optamos por realizar um contraste deste grupo de RAs com as de renda mais alta compostas por Lagoa, Barra da Tijuca, Botafogo, Copacabana e Tijuca. Utilizamos o banco de dados do Mapa do Fim da Fome II (veja o box) para fazer uma aproximação sobre a situação do trabalho nas favelas cariocas.

Diferenças — A renda média do trabalho é cerca de 5,4 vezes maior no grupo das áreas mais ricas. Agora, ao contrário do estereótipo do malandro do morro carioca, a jornada de trabalho média lá é cinco horas semanais superior à do asfalto. O resultado destes dois vieses torna os diferenciais de salário-hora superiores aos observados na renda mensal: 12,5 reais-hora contra 1,98 real-hora. Um fator é a diferença de cerca de 11 anos de idade média entre os dois universos analisados — os jovens têm menos experiência, o que prejudica os salários, e mais predisposição a trabalhar mais

horas. Outro é a diferença na taxa de informalidade que libera os mercados do piso de salário e do teto de horas impostos pela legislação trabalhista explica parte dos contrastes. A taxa de cobertura previdenciária entre os ocupados que moram nos bairros de alta renda é de 20,8% contra 12,3% das comunidades de baixa renda. Informalidades trabalhista e fundiária parecem caminhar lado a lado.

Já as taxas de participação não são muito diferentes nas áreas observadas. Cerca de 70% das pessoas em idade ativa em ambas as áreas estão economicamente ativas, isto é, trabalhando ou procurando trabalho. A taxa de desemprego representa relevante diferencial entre morro e asfalto: 9,9% nos bairros de alta renda contra 19,1% nas favelas em questão, resultado qualitativamente consistente ao de uma série de pesquisas de campo nos morros cariocas da Ence/IBGE. O excesso de oferta de mão-de-obra gera uma pressão baixista sobre o rendimento do trabalho local. Obviamente, as taxas de participação, informalidade e desemprego tanto quanto as taxas de salários são variáveis endógenas, mesmo no curto prazo.

O fator fundamental talvez seja a desigualdade na escolaridade: média de 11,9 anos completos de estudo de

Mapa trabalhista do Rio de Janeiro

	Renda em R\$ mensais	Jornada em horas semanais	Salário-hora	Educação dos ocupados	Salário por ano de escola	% da renda do trabalho	Taxa de desemprego %	Taxa de Participação %	Idade	Taxa de Formalidade %
Grandes favelas cariocas	402	45,9	1,98	6,2	65,5	80,6	19,1	70,1	27,3	8,9
Jacarezinho	366	45,9	1,80	6,6	55,3	76,5	21,5	69,4	29,1	9,4
Maré	392	46,5	1,90	6,0	64,9	82,1	18,2	70,6	27,0	9,3
Complexo do Alemão	393	44,9	1,98	6,1	64,7	81,9	19,5	68,5	27,2	10,3
Rocinha	432	45,8	2,13	5,7	76,1	82,0	17,2	72,5	26,0	6,9
Cidade de Deus	439	45,8	2,16	7,2	60,6	74,7	22,3	67,9	29,0	8,1
Bairros de renda alta cariocas	2.175	40,6	12,05	11,9	182,9	62,9	9,9	71,2	38,3	20,8
Lagoa	2.842	40,9	15,67	12,3	230,8	63,0	8,7	71,6	38,8	23,7
Barra da Tijuca	2.682	42,1	14,37	11,2	240,1	74,8	10,4	71,0	31,9	23,9
Botafogo	1.921	40,0	10,84	12,3	156,0	63,1	9,2	72,7	39,5	19,2
Copacabana	1.802	40,4	10,08	11,8	152,6	50,8	10,3	70,4	43,0	19,4
Tijuca	1.645	39,8	9,33	11,8	138,9	61,0	11,4	69,5	38,8	18,1
Estado do Rio de Janeiro	740	43,2	3,86	8,2	89,8	68,1	17,1	66,7	31,0	12,3

Fonte: CPS/FGV a partir dos microdados do Censo Demográfico de 2000/IBGE,.

um trabalhador nos bairros de renda elevada, contra 6,2 anos nas comunidades carentes. Como existe retorno crescente de educação, cada ano a mais de escolaridade rende mais aos ocupados dos bairros de alta renda: 182,9 reais por ano de estudo de um ocupado nas áreas ricas, contra 65,5 reais dos pobres. Seria importante precisar se apenas atributos pessoais, como idade, escolaridade etc. explicam a totalidade dos diferenciais

de renda, ou se existe discriminação contra o favelado, no sentido de que pessoas com atributos observáveis similares têm acesso a oportunidades de trabalho diferentes.

Os vieses observados na renda, jornada e retorno do estudo das pessoas em favelas podem ser sintetizados através do diferencial de salário-hora por ano de estudo de cerca de 314% entre os dois grupos de localidades. Um fato que chama

a atenção é que, apesar de todas as adversidades enfrentadas pelo trabalhador das comunidades carentes, a renda do trabalho desempenha um papel fundamental: cerca de 81% de todas as fontes de rendimento nestas áreas advêm do trabalho, contra 63% das áreas de renda mais alta. Apesar das agruras da vida privada das favelas cariocas, a maior carência parece ser a de Estado. ❏

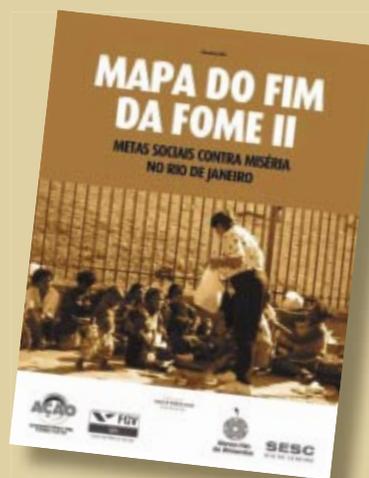
O Mapa do Fim da Fome II

O Mapa do Fim da Fome II é resultado de uma parceria entre a Ação da Cidadania e o Banco Rio de Alimentos do SESC e o Centro de Políticas Sociais do IBRE/FGV. O estudo é uma versão atualizada de trabalho homônimo sobre a miséria no Brasil divulgado pela FGV, em 2001.

O objetivo é mapear o problema, de forma a permitir aos diversos níveis de governo e da sociedade civil traçar metas sociais, informando ao cidadão comum a extensão da miséria em diferentes lugares e os recursos necessários para aliviá-la. Por exemplo: o morador da Cidade de Deus ou do município de Varre-Sai, no Nordeste Fluminense, pode saber quanto cada miserável de sua área deveria receber, em média, para transpor a linha de miséria. Ao passo que o da Lagoa, no Rio, poderia se informar qual seria a contribuição necessária para saldar a dívida social no seu bairro, cidade, estado ou país.

A alta desigualdade observada abre espaço para a adoção de transferências de recursos, pois fontes potenciais de financiamento de políticas redistributivas convivem, lado a lado, com beneficiários potenciais. A redistribuição de recursos é analisada sob perspectivas diversas. Além da transferência de alimentos e de renda, medimos qual a transferência necessária de capital para erradicar a miséria, ou quantas horas cada um deveria contribuir em termos de trabalho volun-

tário. Além desses cenários normativos, avalia-se quanto cada miserável recebe, na prática, a título de programas do Estado assim como de transferências privadas. O leitor está convidado a entrar numa versão preliminar do estudo no site www.fgv.br/cps para o Rio de Janeiro. Está sendo celebrada parceria entre estes mesmos parceiros e a FGV Nordeste para replicar o banco de dados para Pernambuco e subdistritos do Recife. A realização de estudos para outras localidades está no centro da agenda de trabalho do Centro de Políticas Sociais.



Mapa do Fim da Fome II Ranking da Miséria – Município do Rio de Janeiro

